

10º Encontro ABCP: “**Ciência Política e a Política: Memória e Futuro**”

30 de agosto a 2 de setembro de 2016, Belo Horizonte – MG

Área Temática: Sociologia Política

**A AUTONOMIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL A PARTIR DA PERCEPÇÃO
DOS EDITORES DE SETE PERIÓDICOS NACIONAIS.**

Nelson Rosário de Souza, Universidade Federal do Paraná – UFPR

Fabiane Helene Valmore, Universidade Federal do Paraná – UFPR

A AUTONOMIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS EDITORES DE SETE PERIÓDICOS NACIONAIS

RESUMO: Ainda está por se fazer uma história sistemática da Ciência Política brasileira que apreenda os processos da sua institucionalização (Lessa, 2011). Talvez, porque este fenômeno é recente (Marenco, 2014) e não atingiu o seu ponto máximo de maturação. Exercícios de reflexão têm se intensificado na busca de mapear temas, teorias e métodos; assim como, de avaliar a produção da disciplina e os seus processos de institucionalização e de autonomização. O conjunto de evidências trazidas pelos diferentes estudos já realizados nesse sentido aponta para o dilema vivido pela Ciência Política brasileira na construção da sua identidade: de um lado a experiência recente de progresso na delimitação das suas fronteiras, na especialização dos seus profissionais e na constituição de objetos, teorias e métodos específicos; isto tudo sob a hegemonia da abordagem institucionalista. De outro lado, o risco de excessivo fechamento teórico e da desigualdade proporcionada pela rígida hierarquia institucional. Para alguns a hegemonia do institucionalismo deve ser saudada, pois, tem sido fundamental para institucionalização da Ciência Política no Brasil, sem prejuízo para o pluralismo. Para outros é necessário fazer a crítica deste processo de excessiva valorização 'politológica' que não só transforma uma escolha teórico-metodológica em critério de cientificidade, como coloca à sombra aspectos 'societais' fundamentais para compreensão da política (LEITE, 2015). Considerando que os editores de periódicos científicos ocupam posição estratégica na área, pois, estão expostos às pressões do processo de institucionalização da Ciência Política e, ao mesmo tempo, discutem os critérios que orientam o perfil de cada periódico que editam participando assim, das tensões e conciliações do campo acadêmico, foram realizadas 12 entrevistas em profundidade com os (ex)editores de sete periódicos nacionais Qualis A1, A2 e B1 (DADOS, RBCS, BPSR, RBCP, Lua Nova, Opinião Pública e Revista de Sociologia e Política), entre 2014 e 2015. As entrevistas seguiram um roteiro composto por 25 questões abertas e semiestruturadas. Duraram cerca de 23 horas, foram gravadas, transcritas e estão sendo analisadas a partir de três variáveis: tema, teoria e método. A questão central que orienta o trabalho é: qual a percepção desses editores sobre o processo de institucionalização e de autonomização da Ciência Política no Brasil? Particularmente nos interessa discutir o significado, a viabilidade, os limites e as consequências do tenso processo de autonomização dessa disciplina. Segundo os editores desses periódicos, quais as principais concepções de Ciência Política estão em disputa no Brasil? Como a Sociologia Política aparece nessa discussão? A luta pela definição de objetos, teorias e métodos autônomos da Ciência Política se dá em torno de quais argumentos? Os periódicos cumprem qual papel na autonomização e na institucionalização da área? O trabalho também toma como referência as investigações que classificam os periódicos científicos conforme a prioridade dada: aos tipos de pesquisa (empírica ou não), às áreas temáticas e às teorias e métodos (qualitativos e quantitativos). Neste caso destacam-se: Marques (2007), Leite e Codato (2013), Leite (2010, 2015), Oliveira (2010, 2014), Massimo (2013), Neiva (2015) e Clemente (2015). O objetivo é cotejar a fala dos editores entrevistados com os resultados, principalmente, destas pesquisas, para responder as questões. Segundo 11 dos 12 editores entrevistados, o principal tema da Ciência Política no Brasil é a Democracia - seus processos de transição e consolidação e o funcionamento das suas instituições. Outros resultados apontam para a existência de dois grupos de editores. O primeiro defende uma Ciência Política que considere variáveis explicativas fenômenos: sociais, culturais e econômicos; sob pena de empobrecimento da definição dos objetos e da análise interpretativa da política. O segundo grupo, considerado o *mainstream* da disciplina, elege como objeto a política institucionalizada e como forma de abordagem o neoinstitucionalismo. Os editores dos periódicos Lua Nova e RBCP são categóricos na defesa de uma Ciência Política menos

institucionalista. “O grande problema da Ciência Política é tratar a política como um universo a parte que não se liga, então, à dinâmica social mais ampla.”, afirma Luis Felipe Miguel (RBCP). Pelo menos um dos editores da: DADOS, RSP, BPSR e RBCS; concordam que a Ciência Política hegemônica no Brasil perde ao se especializar, uma vez que deixa ter diálogo com a História, com a Sociologia Política e demais Ciências Sociais. Neste caso, “a Ciência Política, pela hiperespecialização, perdeu o Estado como objeto”, afirma o editor Renato Perissinotto (RSP). Ainda, “(...) do ponto de vista teórico a Ciência Política avançou muito na compreensão da dimensão institucional, mas precisa avançar muito naquilo que se chama de Sociologia Política”, avalia a editora da BPSR, Marta Arretche. A fala da editora Fabiola Del Porto, da Opinião Pública se destaca das demais, possivelmente, devido ao objeto e ao método quantitativo empregado nas análises que prioritariamente são publicadas na revista, ou seja: partidos políticos e estudos de comportamento político e eleitoral. No plano metodológico, os editores também se dividem quando discorrem sobre o método quantitativo. Os editores que defendem uma Ciência Política menos institucionalista e autonomizada, também desejam-na menos quantitativa. Todos os editores entrevistados concordam que os periódicos científicos contribuem para a constituição do campo, para a legitimação ou não de determinados objetos, temas, teorias e métodos. Nas palavras do editor Cícero Araújo, da Lua Nova, “as revistas, um pouco, ajudam a definir os limites e o campo de possibilidades das áreas... (...) quase que elas definem o que é importante e o que não é importante [no campo]”.

Palavras-chave: Ciência Política, Institucionalização, Autonomização, Periódicos Científicos.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa qualitativa sobre a Ciência Política¹ foi inspirada no Projeto que está sendo desenvolvido pela ABCP: “*Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos*”; no fato de que, no Brasil, segundo Renato Lessa (2011), “não há, ainda, uma história sistematizada da ciência política brasileira, enquanto domínio reconhecido e institucionalizado” e nos balanços/diagnósticos da Ciência Política brasileira produzidos e publicados, principalmente, pelos professores Bolivar Lamounier (1982), Fábio Wanderley Reis (1991, 1997) e Gláucio Soares (2005). Pretende assim, contribuir com a memória da Ciência Política ofertada no Brasil enquanto disciplina acadêmica pós-graduada a partir da percepção dos (ex)editores de sete periódicos nacionais Qualis A1, A2 e B1 (RBCS, BPSR, RBCP, Revista de Sociologia Política, Lua Nova, Opinião Pública, Dados) colhida durante entrevistas em profundidade realizadas pela pesquisadora entre 2014 e 2015.

A perspectiva teórica de análise adotada pela pesquisadora no presente trabalho é influenciada por Pierre Bourdieu, particularmente, nas suas afirmações sobre campo e

1 Este trabalho foi realizado a partir do contido na Monografia defendida pela coautora no Curso de Ciências Sociais em fevereiro de 2016 sob orientação do Professor Renato Perissinotto e da Dissertação de Mestrado em Ciência Política que será defendida pela mesma em agosto de 2016 sob a orientação do Professor Nelson Rosário de Souza. Ambas na UFPR. Aos editores entrevistados registramos os nossos agradecimentos.

capital científicos; poder simbólico; “hierarquia social dos objetos” e “usos sociais da ciência”. Também, pela definição de Sociologia Política oferecida por Giovanni Sartori.

Considerando que os editores de periódicos científicos – portadores de interesses, autoridade e competência científicas - ocupam posição estratégica, pois, estão expostos às pressões do processo de institucionalização de um *campo* científico e, ao mesmo tempo, discutem os critérios que orientam o perfil de cada periódico participando, assim, das tensões e conciliações do campo acadêmico, esta pesquisa apresenta e discute a percepção desses editores sobre a Ciência Política praticada no Brasil norteadas pelas seguintes questões: segundo os editores,

1. como se relaciona a trajetória temática e teórico-metodológica com os processos de institucionalização e de autonomização da disciplina?
2. em que medida as relações de força no interior da disciplina provocam mudanças e/ou rupturas no perfil editorial das revistas?
3. quais tem sido alguns dos limites, impasses e dilemas enfrentados pela disciplina na construção e divulgação do conhecimento?

Os dados coletados, durante aproximadamente 23 horas de entrevistas em profundidade com os editores, a partir de um roteiro de entrevista composto de 25 questões abertas e semiestruturadas, apontam para o dilema vivido pela Ciência Política brasileira na construção da sua identidade. Todos os 12 editores entrevistados afirmam que a disciplina progrediu nos últimos 10 anos. Segundo eles, houve avanço nos seguintes indicadores de institucionalização: programas de pós-graduação em Ciência Política; mestres e doutores formados em Ciência Política; periódicos especializados na área; associações específicas de representação acadêmica e eventos periódicos promotores de debates entre estudantes e profissionais da área. No entanto, ao tratarem de questões relacionadas aos temas de estudo e aos enfoques teórico-metodológicos da Ciência Política praticada no Brasil, os editores divergem em suas falas e deixam notar tensões a respeito da definição de política e de democracia. Defendem alguns, o *mainstream* da disciplina. Outros, criticam-no e consideram fundamental para compreensão da política o diálogo com as outras áreas das Ciências Sociais. Aparecem tensionadas, deste modo, as perspectivas ‘politológicas’² e ‘societais’³ adotadas pela Ciência Política.

2 Abordagens que enfatizam a análise das instituições políticas formais do Estado e do governo, tais como: partidos, sistemas partidários, casas legislativas, poderes executivo e judiciário, sistemas eleitorais, etc.; dando especial atenção às suas regras e aos seus agentes internos, com o objetivo de explicar os processos decisórios no regime democrático. Ver Immergut (1998) e Hall & Taylor (2003).

3 Em contraposição ao ‘institucionalismo’, as abordagens ‘societais’ ou da ‘Sociologia Política’ valorizam os atores sociais, suas posições na estrutura social, suas identidades, seus vínculos de classe e trajetórias; entendendo que eles desempenham papel importante nos processos políticos formais. Portanto, relações sociais, culturais e econômicas de: poder, dominação, influência e participação; são, também, consideradas

A hipótese deste trabalho gira em torno do fato de que as diferentes concepções que possuem os praticantes da disciplina, incluindo aí, a CAPES e o SciELO, a respeito da política (autonomizada ou não da realidade social) e mais, especificamente, da democracia (política/formal ou social/substantiva) definem certos modos de se conceber e praticar a própria Ciência Política (politológica/institucionalista ou societal/Sociologia Política), enquanto disciplina acadêmica, e no limite, concomitante às disputas presentes nos processos de institucionalização e de autonomização da disciplina, o que vem a ser a 'boa' Ciência Política, o seu *mainstream*, e a maneira 'correta' de se fazer ciência.

Por fim, este trabalho é composto da Introdução, das seções que tratam da percepção dos editores e das Considerações Finais.

PERCEPÇÃO DOS EDITORES SOBRE A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

1. Tema, Teoria e Método

A partir da apresentação e análise das respostas oferecidas pelos editores a três questões⁴ do roteiro de entrevista, esta seção discute a relação da trajetória temática e teórico-metodológica com os processos de institucionalização e de autonomização da disciplina.

A institucionalização de uma disciplina acadêmica não é um mero procedimento técnico. Trata-se de um percurso onde os parâmetros de comportamento são estabelecidos e os princípios de cientificidade, além dos critérios de avaliação e financiamento são elaborados. Esses procedimentos geram disputas e eventualmente consensos ou hegemonia na área. A construção das regras do jogo estabelece os limites espaciais e lógicos da disciplina, demarcando: o centro e a periferia, o dentro e o fora, o superior e o inferior, no que diz respeito às suas instituições, produções e agentes. (Leite, 2015)

Já o processo de autonomização da Ciência Política que é intrínseco ao de institucionalização tem a ver com a definição daquilo que se caberia supostamente designar

fundamentais para compreensão da política. Ou seja, os pesquisadores influenciados pela abordagem da Sociologia Política, segundo Perissinotto (2004, p. 2005), devem conjugar em suas análises as variáveis típicas da Sociologia com as da Ciência Política.

4 Questão 1. Qual a sua visão sobre a trajetória teórica e metodológica da Ciência Política nos últimos 10 anos?

Questão 12. Em sua opinião existe alguma grande questão nacional que tem sido pesquisada pelos cientistas políticos brasileiros nos últimos 10 anos?

Questão 18. O relativo avanço metodológico da CP brasileira pode ser entendido como sinônimo de uma explicação mais abrangente e profunda da realidade política? Em outras palavras, é possível dizer que sofisticação metodológica é igual a refinamento teórico?

como Ciência Política e se dá em meio a confrontos, especialmente, com a Sociologia Política ou a Sociologia da Política em torno da delimitação e da maneira como são/devem ser analisados os fenômenos políticos. (Reis, 2015).

Nesse sentido, diferentes concepções de democracia e a própria definição daquilo que é a política e portanto daquilo que cabe/merece ser estudado pela disciplina aparece na fala dos editores como algo ainda em disputa. Igualmente, os métodos utilizados pela disciplina. Uns, como é o caso do editor Cicero de Araújo, da revista Lua Nova, remetendo a uma “abertura da agenda que é predominantemente institucionalista”, fazem a crítica do modelo hegemônico da disciplina que, no Brasil, segundo Limongi, Almeida e Freitas (2015) descobre a importância das instituições no bojo do debate muito concreto sobre os caminhos possíveis para voltar à democracia, a partir dos anos 80 e vê adensada a sua produção de cunho institucionalista a partir de meados dos anos 1990. Outros, não compartilham dessa crítica, pelo menos de forma explícita. É o caso das editoras Janina Onuki, da BPSR e Fabiola Del Porto, da revista Opinião Pública. Igualmente, do editor Charles Pessanha, da revista Dados, que não mencionou as palavras (neo)institucionalismo e institucionalista sequer uma vez durante toda a sua entrevista. O editor Paulo Costa, da RSP, que também não mencionou em toda a sua entrevista a palavra (neo)institucionalismo e apenas uma vez utilizou a palavra institucionalista ao falar da trajetória da disciplina afirma que *“a consolidação (...) [da] abordagem institucionalista (...) não implicou, felizmente, no sufocamento de outras áreas”*

Temas, teorias e métodos praticados pela disciplina nos últimos 30 anos têm sido, em grande medida, pautados pela defesa do retorno, consolidação e funcionamento estável da democracia brasileira e hierarquizados pela comunidade acadêmica pelos processos de institucionalização e de autonomização, mas, não só, também, pela preocupação manifestada pelos cientistas políticos a respeito da conjuntura política do país e de suas alternativas. Segundo Marta Arretche, editora da BPSR, *“a CP brasileira, por tradição, (...) é essencialmente voltada para entender o Brasil e pra interpretar o Brasil. (...) nós não temos uma tradição de política comparada (...) as nossas conexões... com outros países da América Latina são muito frágeis, em termos de objetos de estudos”*. Não por acaso, quando perguntados sobre a existência de alguma grande questão nacional que tenha sido pesquisada pelos cientistas políticos brasileiros nos últimos 10 anos, a democracia e/ou suas instituições aparece como resposta oferecida pela maioria dos editores. Alguns, enfatizam suas instituições políticas, ou seja, a questão da governabilidade e pensam na democracia formal; outros, valorizam a democracia substantiva e seus ideais de liberdade e igualdade defendendo uma definição de esfera política menos autônoma, pensam nesse

caso, nas questões relacionadas a participação política. Percebe-se, assim, uma Ciência Política, em grande medida, animada por uma dimensão normativa e prática; afinal, defensora de valores como os da democracia.

Trechos das respostas oferecidas pelos editores da RSP, DADOS, BPSR e RBCS podem ser vistos abaixo e permitem notar: uma preocupação com a ajuda que pode oferecer a disciplina na qualificação da capacidade dos cidadãos brasileiros de entender a democracia; que o interesse pelo tema democracia por parte dos cientistas sociais e políticos brasileiros se manifesta continuamente na Dados, uma revista fundada em 1966; que de fato, os processos de transição e consolidação democrática norteiam os estudos da área e por fim, que a disciplina permite espaço, mesmo que marginal, para temáticas, outras, que não as privilegiadas pela abordagem institucionalista, inclusive sintonizada com o debate internacional.

Eu acho que, inevitavelmente, a democracia (...) é a grande questão nacional, né... (...) o aperfeiçoamento da democracia. E eu acho que nesse aspecto, a produção científica pode ajudar a sociedade brasileira a entender que 'diabos' é isso, por que a gente não tá numa sociedade com tradição de experiência democrática... (COSTA, P.)

Poderíamos dizer talvez que esta grande questão seja a democracia brasileira, pois dela derivam-se vários sub-temas altamente relevantes para a ciência política nacional na última década: participação, eleições, partidos, reforma política, etc (...) a democracia no Brasil, eu diria que tem sido a grande questão da Dados. (BRINGEL, B.)

(...) eu acho que com o retorno da democracia teve uma leva de trabalhos inicialmente, né, final dos anos 80, 90, que investiram muito em estudar o processo de transição democrática e com a consolidação das instituições democráticas, então... comportamento eleitoral, instituições políticas e eleições (...) a gente tem também um avanço na área de instituições políticas, né, no sentido de ter uma discussão mais ampla sobre o papel de atores importantes, institucionais, do legislativo é... (...). (ONUKI, J.)

A relação executivo e legislativo no Brasil (...) [e] a natureza do presidencialismo de coalizão no Brasil fo[ram] intensamente debatidos e esse debate chegou a um consenso... discutido (...) com repercussões para o debate internacional (...) O debate sobre o federalismo tem tido... centralidade no Brasil e as pesquisas no Brasil sobre o federalismo têm colocado críticas extraordinariamente pertinentes à literatura internacional(...) a literatura sobre a pluralização da representação também tem sido uma literatura importante; ela, do ponto de vista do campo é uma literatura, digamos, com menor atenção, mas é uma literatura que está claramente sintonizada com o debate internacional. (GURZA LAVALLE, A.)

Já o editor da RBCP, Luis Felipe Miguel, cita a reforma política e as discussões sobre o 'lulismo' e chama a atenção para o fato de que “a Ciência Política brasileira em grande medida tem deixado de lado a questão central do impacto das desigualdades sociais no funcionamento da nossa democracia”, deixando notar a crítica que faz à abordagem institucionalista, particularmente, aos trabalhos pioneiros de Bolívar Lamounier que, segundo Limongi, Tavares e Freitas (2015) abriram caminho para a valorização das instituições no estudo da política brasileira e questionaram o suposto da existência de pré-requisitos sociais

para a instalação da democracia. Crítica, esta, que aparece explícita em outro trecho de Miguel, sobre a trajetória temática e teórico-metodológica da disciplina:

(...) a CP brasileira, ela, tem tido um crescimento relativamente grande (...) mas a gente tem uma CP ainda muito restrita em termos de suas temáticas principais... Eu acho que a CP é muito institucionalista, tem dificuldade de admitir temáticas diferentes... Tem gente trabalhando com temáticas diferentes, mas estão sempre às margens da disciplina. É uma CP no geral mal-informada teoricamente (...) é uma CP que... tem simultaneamente uma formação metodológica, também, na média, muito precária, mas tem uma atração pelos métodos quantitativos que no entanto utiliza de uma maneira muito insuficiente.

Renato Perissinotto, editor da RSP, afirma que um certo predomínio de um viés institucionalista, em alguns casos, com hegemonia de um institucionalismo de escolha racional tem tudo a ver com o processo de institucionalização da área de CP e de separação da CP das outras ciências sociais. Segundo ele, apesar desse viés ter representado um avanço porque contribuiu para produzir um conhecimento importante sobre as instituições políticas no Brasil que até então não se tinha, também apresenta limites na medida em pode redundar numa CP que dialoga pouco com outras ciências sociais ou que olha pouco pra outras dimensões da vida social que certamente afetam o funcionamento da política. Ainda, quando questionado sobre a existência ou não de uma grande questão nacional que tem sido pesquisada pelos cientistas políticos brasileiros nos últimos 10 anos, o mesmo responde que *“a ciência política, pela hiperespecialização – que aumenta radicalmente o nível técnico da ciência, mas pode condená-la à irrelevância – perdeu o Estado como objeto; dedicou-se ao estudo aprofundado, e muito revelador, de política públicas específicas, mas deixou de lado o problema dos padrões de funcionamento do Estado brasileiro e suas origens históricas”*. Talvez, justamente por isso, Gurza Lavalle, sobre um grande problema a ser superado pela disciplina afirma:

(...) a Ciência Política ainda não conseguiu produzir uma boa síntese... interpretativa, plausível... da transformação do Estado brasileiro e da sociedade brasileira no pós-transição (...) existe conhecimento específico sobre certas áreas de política (...) mas ainda não fomos capazes de interpretar essa transformação... (...) pra entender essa transformação, precisaríamos ser capazes de colocar atores sociais na cena, uma coisa que a Ciência Política se mostrou insuficientemente capaz de fazer durante muitos anos, ou melhor, (...) não prestou a devida atenção durante anos, (...) e por não ser seu foco, não foi capaz de pensar que uma parte da dinâmica de funcionamento destas instituições tem a ver com a interação que elas estabelecem com atores sociais... (...) [mas isso] não é um tipo de problema grande que um institucionalista preocupado com partidos vai se colocar.

Ambos editores expressam nestes trechos pontos de vista coerentes com o perfil dos periódicos que editam, qual seja, com predomínio de abordagens heterogêneas, histórico-sociológicas e com equilíbrio entre os temas do Estado e da sociedade. As falas apresentadas evidenciam que a tensão entre abordagens ‘institucionais’ e ‘societais’ estão na agenda dos editores. Afirmação semelhante é feita pelo editor da Dados, Breno Bringel,

pois, segundo ele:

(...) a questão da autonomização do campo da Ciência Política, (...) a partir do meu olhar como sociólogo, tem sido muito forte (...) dos anos 90 em diante... Eu acho que houve uma institucionalização muito ampla da CP no Brasil e isso leva a uma delimitação dos objetos, delimitação das discussões, criação de campos autônomos né, ou relativamente autônomos de discussão, embora isso seja, a meu ver, paradoxal, pelo seguinte motivo: a partir do momento em que existe uma maior institucionalização da CP e um maior aprofundamento temático das discussões, isso (...) leva a uma maior consistência teórico metodológica (...) mas, por outro lado, pode ser lido numa chave negativa (...) no sentido de uma CP que está se produzindo (...) com um olhar, digamos, muito focado em dinâmicas, processos e atores específicos.

A respeito da necessidade de rever a agenda da Ciência Política brasileira – de conciliar os olhares das duas abordagens, 'polítológica' e 'societal', para apreender a dinâmica que envolve Estado e sociedade civil – dando-lhe uma conotação mais interdisciplinar e plural, o editor da 'Lua Nova', deixando evidente o apelo para a interação, sentenciava:

(...) eu acho que a nossa sociedade tem uma relação bastante ambígua, entre o visível e a sombra, o oficial e o não oficial (...) Eu acho que sempre haverá uma ambiguidade, mas no caso brasileiro, eu acho que é muito mais acentuada, o que nos permitiria (...) até uma posição privilegiada pra estudar o fenômeno (...). E acho que a Ciência Política deveria, até numa interação mais profunda com a Antropologia e a Sociologia se preocupar (...) porque o institucionalismo tem a ver com o problema de definir a instituição pelo oficial, e aí, ela [a CP] acaba perdendo muito [d]a sombra que eu tô falando (...) [e isso, essa sombra] é um hábito social muito interessante de detectar e pesquisar...

Esses dilemas também são recorrentes nas reflexões que fazem quando falam da trajetória da Ciência Política que se caracteriza, segundo Cícero de Araújo, ex-editor da Lua Nova,

[pelo] afastamento da Sociologia (...) especialmente da chamada Escola Sociológica Paulista (...) e [pela] inclinação mais pra direção do Institucionalismo que é uma tendência já mais antiga nos EUA, mas que acabou chegando ao Brasil e... ganhando o chamado mainstream da pesquisa acadêmica na CP, combinada (...) com pesquisas quantitativas, com tratamento estatístico.

Ao falarem sobre essa trajetória, os editores destacam a expansão e consolidação institucional dos cursos de pós-graduação; a criação da revista BPSR que está associada ao esforço que faz em direção à internacionalização da produção acadêmica da área; o papel da ABCP como associação científica que permite o debate sistematizado e periódico entre profissionais e estudantes da área; a importância do Scielo que permite circulação aberta e online da produção qualificada; o crescimento e profissionalização dos periódicos acadêmicos e as mudanças que têm ocorrido na disciplina que era considerada mais ensaísta, engajada no espaço público e formadora de ativistas políticos. No que diz respeito às abordagens teórica e metodológica, muitas ressalvas são mencionadas apesar dos avanços que consideram ter alcançado a disciplina. Adrian Gurza Lavalle, editor da RBCS,

no entanto, afirma que apesar da existência de um certo consenso em torno desses eixos, ou seja, do fato de que está ocorrendo um processo de progressiva ampliação institucional da CP no Brasil provavelmente associado a um processo paralelo de sofisticação metodológica, *“não temos [na CP] balanços abrangentes suficientemente que olhem para revistas Qualis de menores categorias e que olhem para aquilo que é a base da pós-graduação, que é aquilo que se ensina de fato nos programas, que é as teses de doutorado e de mestrado”*. Isso significa, segundo ele, que *“a questão é saber se aquilo que a gente olha quando olha para essas revistas [Qualis A, Qualis A1, Qualis A2] corresponde a uma tendência mais geral do campo (...)”* ou, como ele mesmo menciona anteriormente, a ponta de um *iceberg*.

A discussão em torno de métodos aparece norteada pela definição, mesma, do que vem a ser e qual a função da metodologia de pesquisa e mais ainda, pela expansão e alcance do uso de pesquisa quantitativa. Marta Arretche, da BPSR, ao comparar o emprego das pesquisas quantitativa e qualitativa, afirma que:

é mais fácil fazer pesquisa quantitativa (...) porque se você tiver algum treinamento em técnicas de tratamento estatístico, você baixa os dados pela internet e você faz uma pesquisa (...) as técnicas qualitativas são muito mais difíceis de serem realizadas porque você tem que coletar o dado diretamente, você tem é... um difícil problema de decidir quando você para de coletar dado para saber se você já tem evidência suficiente, você tem muito mais claramente de resolver os problemas da subjetividade, né... (...) por está razão os estudos quantitativos tem maior volume numérico... porque o custo pra fazer estudo quantitativo é muito menor (...) os desafios metodológicos da pesquisa qualitativa são muito maiores... (...) [de qualquer modo] quantitativa ou qualitativa é só uma técnica, né... se você não conseguir interpretar os dados você fez uma má pesquisa.

Ao falarem sobre os vínculos entre sofisticação metodológica e refinamento teórico, 10 dos 12 editores afirmam explicitamente que os fundamentos teóricos na construção de uma pesquisa científica são indispensáveis sob o risco do pesquisador *“embarcar numa certa perfumaria metodológica”*, nas palavras do editor da RBCP. Para editor da Lua Nova, mesmo uma pesquisa metodologicamente sofisticada, pode perder a sua relevância. Igualmente, nas palavras do editor da RSP, Paulo Costa, pois para ele, *“sofisticação metodológica vem nesse compasso posterior [a um conjunto de conceitos que diz respeito à capacidade explicativa], sem o primeiro, pra mim, ela não faz sentido”*. As palavras da editora Flávia Birolli e do editor Gurza Lavalle convergem e são esclarecedoras nesse aspecto.

Sofisticação metodológica, na minha opinião, corresponde à capacidade explicativa dos métodos, se você tem métodos sofisticados com baixa capacidade de explicação [da realidade] você tem um problema, e essa é uma tendência na área. (...) acho que permanece na área um grande fetiche pelo quantitativismo, existe uma ideia de que quanto mais números mais potencial explicativo há nos trabalhos, existe uma ideia de que quanto mais sofisticação estatística existe, mais qualidade tem o trabalho (...) Eu acho que sofisticação metodológica e profundidade ou consistência teórica não são

equivalentes... mas existe... é... uma relação (...). Então, se você não tem nenhuma problematização teórica que te permita entender a complexidade daquela realidade, você pode adotar... métodos que sejam redutores daquela realidade e acreditar que você tá sendo capaz de produzir uma compreensão muito exata, muito objetiva...

A sofisticação metodológica permite lidar com a produção de evidência... sofisticada o suficiente, satisfatória o suficiente pra mostrar que essas proposições são ou verdadeiras ou erradas, ou que é preciso revisá-las e isso tem a ver com o tratamento [sistematização de produzirmos] os observáveis (...) mas essa sofisticação metodológica (...) não diz pra nós, a priori o que observar (...) O que torna o método poderoso é sua conexão com teorias (...) que nos informam sobre quais as suposições que temos sobre o mundo, quais as questões que precisamos saber, porque precisamos sabê-las e quais seriam as implicações de saber essas coisas.. do ponto de vista da sua generalização... Isso é no mundo da teoria, não é no mundo da sofisticação metodológica.

O 'fetice metodológico' de que fala a editora Flávia Birolli tem a ver com o que diz o editor Marcos Alvarez, da RBCS: “(...) se você aplica técnicas já consagradas, a ilusão é que basta aplicá-las, sem abrir o debate (...)”, com o que afirma Perissinotto: “(...) nem sempre um trabalho metodologicamente perfeito é ambicioso o suficiente para produzir um avanço teórico” e, também, com o que diz o editor Breno Bringel, da Dados: “Sofisticação metodológica não é igual a refinamento teórico. Aliás, muitas vezes uma coisa não acompanha a outra... [por ex.] quando a metodologia torna-se praticamente um fim em si mesmo e não um meio para resolver um problema teórico”.

2. Perfil editorial das revistas: produto das relações de força no interior da disciplina?⁵

A combinação Qualis/CAPES e Scielo exerce, na percepção dos editores, papel importante na (re)configuração do campo acadêmico, incluindo, aí, a do perfil editorial das revistas científicas. É quase consenso entre os editores que a admissão e permanência das revistas científicas na coleção SciELO Brasil é sinônimo de maior visibilidade e de reconhecimento da qualidade para as revistas; porém, não em relação a alguns dos seus critérios de admissão e permanência de periódicos na coleção. Por exemplo, os que determinam a publicação de artigos no idioma inglês e/ou de autores que possuam afiliação institucional estrangeira. Em relação a esses critérios, alguns dos editores reagem defensivamente e questionam a relação entre os seus propósitos e os da internacionalização da produção científica brasileira. A Avaliação Trienal da CAPES, recentemente tornada Quadrienal, de acordo com os editores, é importante e necessária para os programas de pós-graduação da área – porém, não, suficiente; e apresenta limites. Particularmente a avaliação da produção intelectual realizada por meio de um dos seus

⁵ Esta seção apresenta as respostas oferecidas pelos editores às questões 6, 7, 21 e 23 do roteiro de entrevistas.

indicadores - produção qualificada dos docentes - cuja qualidade é aferida pela Comissão de Avaliação de forma indireta porque por meio do estrato Qualis dos periódicos na qual aparece publicada é questionada e discutida por alguns dos editores.

Segundo a editora da revista Opinião Pública, Fabíola Del Porto, o Scielo é “*um espaço, um canal de visibilidade (...) que se consolidou como um canal de referência acadêmica... Então, estar no Scielo [complementa Del Porto] (...) corrobora (...) uma contribuição importante da revista*”. É também, a base de dados online que no Brasil, de acordo com Gurza Lavalle, “*resolveu o problema de circulação das revistas que era um problema endêmico porque as revistas acadêmicas não tinham dinheiro pra circular*”. Por fim no trabalho e nos gastos necessários na construção e manutenção de revistas impressas foi mais uma das contribuições do Scielo. De acordo com o editor Paulo Costa, da RSP,

(...) pra gente, foi muito bom ter sido aceito pela Scielo, sabe... pra gente, foi um reconhecimento de que a gente tá fazendo um trabalho bom e não só um lugar que a gente pendura revista, né. (...) A gente não só está sendo visto, como tamos num lugar de excelência. (...) Quem produz a revista sabe que a parte de impressão gráfica é muito cara e trabalhosa, né... porque você tem que, além de montar os artigos - supondo que você já passou da parte acadêmica, da avaliação - você tem que diagramar e ao invés de simplesmente ir para o Scielo, tinha que ir para a impressão, tinha que pensar na capa (...) Esse aspecto, embora não tenha uma conotação acadêmica, era muito relevante. Desgastava em termos de trabalho e de recursos financeiros.

Para o editor da DADOS, Charles Pessanha, a importância/finalidade do Scielo, específica para a área de ciências humanas, reside no fato de que “*o Scielo é o primeiro grande indexador internacional de prestígio onde as Ciências humanas são majoritárias. Em todos os outros, são majoritárias a biomédica e a tecnológica... [assim, segundo Pessanha,] o Scielo mostra a descoberta das Ciências Sociais pelo periódico científico*”. Pessanha, ao falar sobre a trajetória da DADOS, que em grande medida se confunde com a sua própria trajetória enquanto editor da revista, chama a atenção para dois pontos: “*a coragem de se fazer uma revista de ciências sociais em 1966, em plena época que saiu o Ato Institucional Nº 2 (...) [e,] a proposta da revista, que era de ser uma revista moderna*”. Em relação a esse último ponto, Pessanha destaca que, em companhia dos colegas das revistas biomédicas e tecnológicas, começou a ver “*o que era uma revista científica*”. A partir de então, sobre as implementações que fez na DADOS e ajudou a fazer em outras revistas, ele afirma:

eu passei a dar uma atenção muito grande a esses requisitos da divulgação científica que sempre foram... até hoje é um pouco... esquecidos pelos cientistas sociais. Implementei um serviço de peer-review, a revista passou a ter um sistema de citação bibliográfica, de documentação séria... e a revista com isso foi ganhando prestígio. (...) se impôs até se transformar numa das revistas mais importantes da área. Não apenas de CS, mas da área biomédica e tecnológica. Isso me conduziu, inclusive, a um posto inusitado. Eu fui o único presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) da área de ciências humanas. Todos os outros presidentes nesses últimos 25

anos foram... são da área biomédica e tecnológica. (...) o cientista social não ligava para citação, para número de página... pra nada disso... Eu comecei a formalizar a revista, colocar informações dos colaboradores e a revista com isso foi ganhando características... que depois eu ajudei a inclusive, implantar, em outras revistas, como a revista da ANPOCS que eu ajudei a criar; como a revista... essa da ABCP, em inglês; a Revista Mana do Museu Nacional... ajudei várias revistas, depois, a se implantarem.

No entanto, muito significativo, a despeito do relato acima, é a seguinte preocupação demonstrada por Charles Pessanha: “o problema do Scholar-One da Scielo é que ele é feito para as ciências biomédicas... [e] isso é um pouco perigoso para as Ciências Sociais”.

Segundo ele,

Como que é um artigo de medicina? Introdução, Material e métodos, Discussão e Conclusão. (...) as pessoas reclamam muito nas outras áreas também, pelo fato das ciências biomédicas darem o tom da publicação acadêmica (...) você tem uma briga muito grande entre as ciências chamadas duras, também..., por causa da hegemonia da medicina e da biologia... Por exemplo, em matemática não existe citação... como que cé vai avaliar essa produção por fator de impacto se não tem citação? (...) Então, tem certas coisas que tem que ser adaptadas... agora, não ao ponto de descaracterizar completamente a revista de ciências humanas... É o que eu tenho visto nestes 30 anos que eu defendo as ciências humanas nesses Fóruns, no Scielo que eu ajudei a fundar. Por quê? Porque se a gente faz tanta diferença, tanta mudança, tanta especificidade das ciências humanas, eles vão dizer: olha... então vocês vão fazer o seguinte... vocês não são revistas científicas ou acadêmicas... vocês não vem aqui pedir dinheiro... correto? Então, a gente tem que ter algum tipo de respeito às regras que norteiam o trabalho sistematizado, para não falar do trabalho científico, certo...

O editor da RBCS, Gurza Lavalle, afirma que o Scielo e a lista Qualis são, provavelmente, os responsáveis pela maior parte da causalidade que poderia explicar a transformação do mercado editorial acadêmico no Brasil. Ainda que longe de significar, para ele, a desconsideração de todos os benefícios já ocorridos, parece-lhe que “alguns desses benefícios estejam começando a ser contrabalançados com alguns efeitos que não são desejáveis”. Segundo Lavalle,

em outras épocas, não fazia muita diferença onde você publicasse porque tinha revistas que circulavam mais em certos circuitos e você queria atingir certos circuitos. Mas hoje, (...) qualquer editor numa revista B3 ou C sabe (...) que ter artigos de qualidade para essas revistas é muito difícil porque as pessoas simplesmente não tem mais interesse em publicar ali. O que significa que (...) as exigências do Qualis passaram a ser significativas porque eles não conseguiam submissões por estarem avaliados muito baixo (...) O processo de produção editorial acadêmico está progressivamente se profissionalizando. (...) os periódicos começaram a competir entre si. (...) [e] a própria RBCS que durante muito tempo foi uma referencia obrigatória, hoje é uma referencia entre muitas outras. [Por outro lado,] O Scielo tem um peso extraordinário não só na modernização, na visibilização da produção, mas em empurrar a comunidade acadêmica brasileira das CS a publicar em periódicos... [e não em livros] (...) Então, isso mudou os hábitos de publicação (...) o próprio Scielo ganhou condições de forçar as revistas a se adequar a certos padrões editoriais e ao fazer isso, as revistas tiveram que passar por um processo de modernização.

Outras questões, relacionadas ao Scielo, e discutidas pelos editores têm a ver com o critério que estabelece a publicação de artigos em língua inglesa nos periódicos nacionais e

com o fato de que traduções não são documentos possíveis de serem indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO. A essas questões, os editores da RBCP se posicionam de forma contestatória, conforme pode ser visto nas falas de ambos:

(...) há hoje, uma orientação que vem da CAPES, que vem do SciELO, pra que a gente publique textos no Brasil em língua inglesa. (...) Então, existe uma pressão conjunta para que a gente publique fora e para que a gente publique em língua inglesa nos periódicos nacionais e isso nos coloca, na minha opinião, numa posição que não é a da internacionalização, mas é mais e mais a de colonizados... a de... assumirmos que não temos condições de ter produções intelectuais em língua portuguesa. Então, é uma coisa que me preocupa. (Biroli, F.)

(...) o Scielo não quer mais que sejam publicados as traduções e isso é uma coisa absolutamente elitista porque a gente tem um público universitário que em grande medida, alunos de graduação e mesmo de pós-graduação... tem dificuldade de ler em língua inglesa. Nós somos financiados com dinheiro público, num país pobre... publicação de artigos traduzidos é fundamental pra garantir que textos importantes do exterior estejam acessíveis aos estudantes brasileiros (Miguel, L.F.)

Em situações contestatórias limites, a editora Marta Arretche afirma que a BPSR já preferiu deixar de cumprir o critério que trata da publicação de artigos cujos autores possuam afiliação institucional estrangeira. Isto, segundo ela, em prol da qualidade da publicação da revista. Tal situação pode ser notada em suas palavras abaixo:

*A gente leva em consideração os critérios que tão vigendo para a CAPES, tá... mas este critério não é cego. Vou te dar um exemplo: na última avaliação [Trienal], isso também é um critério do Scielo, existia um critério de que 30% dos artigos publicados tem que ser de estrangeiros... (...) a nossa taxa mais alta de rejeição é com os artigos de estrangeiros (...) os pareceristas recusam a publicação e nós vamos lá e vemos os artigos e vemos que eles são ruins. (...) Esse critério a gente nunca usou para aceitar publicação... (...) **a meta dos 30% nós não cumprimos**, porque na verdade, esses dois objetivos tavam em contradição e nós optamos por um, que era a qualidade da publicação. (Arretche, M.)*

Já a forma como a CAPES avalia a qualidade da produção qualificada dos docentes - ou melhor; o fato dela avaliar, antes, o *lócus* no qual ela considera presente aquilo que é tido como a “boa ciência”, ou seja, os periódicos científicos Qualis A1, A2 e B1, do que, de forma direta, a produção intelectual dos docentes - aparece, nas palavras da editora Flávia Biroli, tensionada e relacionada com as formas, segundo Biroli, dessemelhantes de financiamento da produção e circulação do conhecimento. Além disso, ao colocar a questão da pluralização da área como mais um problema a ser pensado, Biroli abre espaço para se pensar o papel da CAPES diante das, já, estabelecidas relações centro-periferia e pluralidade-especialização presentes na disciplina. Segundo ela:

(...) essas formas de avaliação, elas, não são neutras (...). Na minha opinião, o problema nem é a ideia de produtivismo que é muito mencionada, o problema é outro. O problema é como que a gente consegue critérios para avaliar não apenas a quantidade da produção, mas a qualidade dessa produção e, como é que a gente pluraliza de verdade a área, não apenas tendo periódicos, por exemplo, que tenham uma perspectiva mais

plural da área, mas tendo, também, a partir da CAPES, uma política que seja de atribuição de relevância à pluralidade da área e não simplesmente de chancela pra posição que tem as correntes hegemônicas... (...) A CAPES tem uma política que não prioriza os periódicos na área de Ciências Sociais, na área de Ciências Humanas de maneira geral como algo importante na produção científica. Eu digo isso, porque, como também na pesquisa, os nossos periódicos, eles, são poucos financiados. Quando financiados, são financiados com recursos muito precários em relação ao que é necessário para manter um periódico de qualidade. Então, isso é um problema muito importante porque se aplicam a nós critérios que muitas vezes são critérios que vem do debate sobre a chamada Ciências Duras, as áreas de Biológicas, de Exatas, só que nós não temos o mesmo tratamento. (Biroli, F.)

Nas palavras do editor da RBCS, Gurza Lavalle, o modo como a CAPES opera nos departamentos acadêmicos (por meio de alocação seletiva de recursos materiais e simbólicos na universidade) e o que daí resulta (mobilização das forças alocadas nas universidades que estão interessadas em ter acesso a esses recursos), além, dos efeitos decorrentes de tal operação (alterações na dinâmica de funcionamento das pós-graduações/ (re)construção da política do departamento) aparecem de um tal modo explicitadas que facilitam o entendimento de que a CAPES, por meio de recursos materiais e simbólicos externos, consegue mobilizar internamente as universidades gerando novas dinâmicas de funcionamento interno. Os consensos de equilíbrio gerados/aceitos no interior dos departamentos acadêmicos somados às acomodações provenientes da ausência de um agressivo programa de progressão na carreira presentes nas universidades são apresentados pelo editor da RBCS como exemplos, a partir/a despeito dos quais, resta dificultada a capacidade de indução interna das universidades por si próprias. Deste modo, a CAPES ganha espaço/reconhecimento para atuar no financiamento e na avaliação da pesquisa científica via tais recursos/incentivos externos. Daí, as Avaliações realizadas pela CAPES, recentemente tornadas Quadrienais, terem como um dos seus objetivos aferir a qualidade da produção docente qualificada apoiada no Qualis-Periódicos. Nas palavras do próprio editor:

Não tenho dúvidas que a Qualis tem uma enorme capacidade de influência (...) porque é uma enorme máquina de indução, né... As universidades, elas, tem pouca capacidade de indução interna (...) O que que faz a CAPES? A CAPES entra com aquilo que a universidade não pode fazer que é alocar seletivamente recursos. (...) e ao fazer isso, ela mobiliza as forças alocadas na universidade que estão interessadas em (...) ter acesso a esses recursos... e isso produz efeitos, né... (...) pode desempenhar um papel crucial para a construção da política do departamento. Como a Capes vai depender esses recursos da avaliação do departamento ela tem operado no sentido de produzir uma... aceleração da dinâmica acadêmica dentro dos departamentos acadêmicos. (...) Então, (...) me parece que, grosso modo, o efeito da CAPES sobre as pós-graduações tem sido extremamente benéfico no sentido de produzir uma sintonia geral entre as diversas pós-graduações de que é preciso se comprometer com certos valores (...) e isso acaba mudando as opiniões das pessoas. Existia mais resistência à CAPES do que existe hoje; e (...) isso me parece salutar... acaba com alguns excessos. (...) É bom pra todo mundo. (...) acho positivo.

Dito isto, as palavras dos editores da RSP e da da RBCS no conjunto, servem como alerta para a presença de forças políticas em disputa no campo e são consoladoras porque lembram que estas questões estão longe de serem exclusivas das Ciências Sociais ou mais particularmente, da Ciência Política – tampouco, os problemas. Ainda assim, depende, no caso da Ciência Política, mas, igualmente, de qualquer outra disciplina acadêmica; da posição que ela ocupa na hierarquia do conhecimento científico. E Ciência Política não pertence às grandes áreas do conhecimento, já consolidadas e reconhecidas pelos pares e pela sociedade. Ela está em construção. Mais ainda, no Brasil. Depende também, da instituição que a abriga. E no Brasil, não existem instituições com programas de pós-graduação em Ciência Política consolidadas em todas as suas cinco regiões.

(...) não dá nem para fazer a crítica pura e simplesmente, nem dá para ser ingênuo, [porque] isso [o Qualis] tem uma série de aprimoramentos, inclusive, tá sujeito às dinâmicas políticas das correlações de força no campo. E, aí, ultrapassa a ciência política ou as ciências sociais, porque afinal, é a Qualis da Capes. Não é o Qualis de Ciências Sociais ou da Ciência Política. (Costa, P.)

(...) como o Qualis se tornou importante, existe uma disputa muito forte entre journals nacionais para ganharem o status A1. Isso implica em disputas, se você mudar a regra de que journal tem A1 ou tem A2 você muda a pontuação de um departamento... (...) [e] isso abre espaço para certas incertezas. (...) Não há consenso sobre isso na comunidade acadêmica e isso são temas muitos sensíveis. Então, provavelmente, nos próximos anos a gente se verá às voltas tentando imaginar saídas pras distorções produzidas pela lista Qualis, como se verá reagindo defensivamente a alguns dos critérios mais agressivos que o Scielo está adotando no que diz respeito aos critérios de permanência dos periódicos na coleção de periódicos da Scielo. (Lavalle, A.)

Particularmente sobre o contexto de criação e a trajetória das revistas com destaque para as mudanças/rupturas ocorridas no tipo de conteúdo publicado em cada um dos sete periódicos, de maneira geral, é possível afirmar que, na percepção dos editores, cada revista tem alguma particularidade, até mesmo porque foram criadas em contextos políticos diferentes e com propósitos variados. Segundo os editores, todas, exceto a BPSR e a RBCS, em algum momento sofreram algum tipo de ruptura. Seja institucional, como foi o caso da DADOS ao migrar do antigo IUPERJ para o IESP-UERJ – processo que ocorreu entre 2010 e 2012 ou; temática e teórico-metodológico, como ficou mais evidente no caso da RSP que de Teoria Política como tema predominante, migrou para Instituições Políticas, Comportamento Político e Políticas Públicas nos últimos dois anos. Ou ainda, a Lua Nova, que por mais que se diferencie atualmente das demais revistas porque ainda publica muita Teoria Política e Teoria Social, nasceu com propósitos claros de acompanhar e discutir a conjuntura política do país em diálogo profundo com os movimentos sociais. Particularmente, o momento de inflexão da revista Lua Nova que lhe deu essa marca de revista forte em Teoria, aconteceu quando a Teoria Política Normativa começou a ter peso

na revista, quando da assunção dos editores Gabriel Cohn e Álvaro Vitta no início dos anos 90. Algumas são mantidas e editadas por universidades; outras, por associações profissionais e a revista Lua Nova, pelo centro de pesquisa, reflexão e ação – como é denominado o CEDEC, centro de pesquisa que a mantém e edita. Depende também se foram concebidas e/ou permaneceram mantidas com ou sem apoio institucional, técnico e financeiro. A esse respeito a RSP e a RBCP encontram-se em lados diametralmente opostos. Segundo os editores da revista: a primeira, criada a partir de um ato estritamente voluntarioso e absolutamente amador; sem apoio, com muitas dificuldades, sem recursos institucionais, numa universidade que não tinha tradição em ciências sociais e muito menos em ciência política, tornou-se, ainda assim, uma revista *“bastante profissionalizada do ponto de vista da submissão de artigos, da produção de pareceres e da institucionalização dos recursos financeiros que a sustenta”* e sua linha editorial tem cada vez mais priorizado estudos empiricamente orientados e quantitativos. A segunda, é uma revista que vem de uma Universidade que está fora do eixo Rio-São Paulo, com uma proposta de pluralização e de fazer avançar áreas marginais da Ciência Política e formas de abordagem da democracia que não ganham centralidade, por exemplo, no institucionalismo; que rapidamente conseguiu entrar no Scielo e pode contar para o seu funcionamento, desde o seu (re)nascimento em 2009, com suficiente apoio financeiro do Instituto de Ciência Política, da UnB - instituição que a mantém e a edita.

Algumas, como a RBCS, porque mantida por uma associação profissional, possui alta rotação de editores e de áreas de forma a garantir que as três principais áreas das Ciências Sociais mantenham-se representadas no decorrer do tempo. A DADOS, revista mais antiga dentre as que fazem parte desta pesquisa, nasce com a proposta de ser uma revista moderna. *“De patinho feio das Ciências Sociais a revista se impôs até se transformar numa das revistas mais importantes da área, não apenas de Ciências Sociais, mas da área biomédica e tecnológica”*, relata Pessanha, editor emérito da revista desde 2013. A Opinião Pública que *“foi um espaço (...) para tratar em língua portuguesa e para trazer para o Brasil uma temática da Ciência Política quantitativa... estudos de comportamento político, eleitoral (...)”* foi a revista que mais se manteve estável dentre as analisadas na presente pesquisa e segundo sua editora, Fabíola Del Porto, estudos quantitativos sobre Comportamento Político e Políticas Públicas têm sido cada vez mais crescentes na revista.

A partir desta breve caracterização das revistas é possível notar a pluralidade de fatores que as circundam e algumas mudanças de tipo temática e teórico-metodológica, frutos dos efeitos do Scielo e do Qualis-Periódicos, como já mencionados. Mas, principalmente, dos processos de institucionalização e/ou de autonomização da disciplina e

de profissionalização dos periódicos. As palavras de Breno Bringel, editor da DADOS e de Perissinotto, editor da RSP, respectivamente, são ilustrativas nesse sentido:

nos primeiros 20 anos da Dados, o que havia basicamente na revista eram grandes tentativas de interpretação dos problemas brasileiros. Claro que tinha toda aquela discussão sobre o caráter ensaístico de alguns textos... mas, de fato, havia uma tentativa de problematizar grandes questões, grandes temas, um olhar abrangente, uma autorização abrangente... Eu acho que isso tem diminuído e tem a ver com a institucionalização do campo. Então, metodologicamente nós avançamos na sofisticação de técnicas, de métodos de análises, mas, por outro lado, nós perdemos, em boa medida, esse olhar mais abrangente.

(...) foi uma coisa que foi surgindo em função das pressões do campo... eu acho que esse momento [de ruptura] foi o momento em que a gente começou a perceber que (...) ou nós nos profissionalizaríamos um pouco mais, ou a revista ia acabar. (...) Então, a partir desse momento eu era responsável por ir atrás de recursos do CNPq, o Paulo por encaminhar o processo de impressão, etc, e o Adriano por indexar a revista, por ver como formatar a revista de acordo com as exigências acadêmicas. A partir de um certo momento (...) nós contratamos o Gustavo - contratamos, leia-se, pedimos ajuda do Gustavo que se interessou porque gostava do assunto. (...) e agora nós entramos com o Lucas que é um verdadeiro apaixonado pelo assunto, também trabalha de graça. Introduziu uma série de mudanças importantes, talvez a maior delas seja o Scholar-One [da Scielo] que é um processo informatizado de submissão de artigos... Então, esse momento em que nós falamos: não dá mais... foi um momento crucial para a continuidade da revista – e estamos aí até hoje.

3 Limites, Impasses e Dilemas

Esta seção apresenta a percepção dos editores a respeito dos limites, impasses e dilemas enfrentados pela disciplina a partir de quatro questões⁶ feitas aos editores.

A aceitabilidade, relevância ou suficiência das instituições políticas democráticas, enquanto objetos de análise próprios da Ciência Política brasileira; assim como o abandono progressivo da História e do viés sociológico pela disciplina foram assuntos discutidos amplamente pelos editores. Inclusive, o próprio significado dado à palavra política. Por exemplo, o editor da Lua Nova, ao referir-se a abordagem institucionalista, faz o seguinte questionamento: *“por que a gente não pode chamar de instituição qualquer tipo de prática social reiterada, mesmo que ela não seja oficial?”*. Algo semelhante é afirmado pelo editor

6 Questão 19. Muitos dos artigos são publicados individualmente por professores dos programas brasileiros de pós-graduação. O que o senhor pensa sobre a coautoria? Ela é importante e necessária para o avanço da ciência política brasileira?

Questão 21. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre o papel desempenhado pelos editores de periódicos científicos no Brasil, como é ser editor de revista científica? Quais são os limites, os benefícios e as dificuldades?

Questão 24. Eu gostaria que o(a) senhor(a) citasse um grande problema que a ciência política brasileira ainda precisa superar e uma importante questão sobre o Brasil que caiba a essa ciência responder, mas que ainda não o fez.

Questão 25. O que o senhor considera como sendo alguns dos limites, impasses e dilemas da ciência política no Brasil?

Luis Felipe Miguel. Para este, “o grande problema da CP e não só [d]a brasileira, é, em geral, lutar contra essa sua tendência à autonomização da esfera da política em relação as outras esferas sociais”. Igualmente, “lutar contra a posição subserviente que ocupa em relação aos modelos da Ciência Política que vem dos EUA (...) [e] entender o que significa democracia política nas circunstâncias de desigualdade social profunda”, são tarefas, na percepção do editor, a serem desempenhadas pela disciplina no Brasil; uma vez que, nas palavras do editor:

A minha crítica a parte da CP institucionalista que não vê a influencia dos padrões de dominação presente na sociedade e tal..., no funcionamento desse mundo da política é que cada vez que você está reproduzindo uma interpretação do mundo que não vê esses problemas, você está escondendo a existência desse problema, cê está contribuindo para que eles não sejam atacados... Então, eu acho, é claro, não é a CP que vai resolver esses problemas... eu acho que isso é uma tarefa coletiva... mas, se nós temos recursos privilegiados porque tivemos acesso a esses recursos, eu acho que cabe a nós tentar usá-los.

Talvez essa crítica feita por Luis Felipe Miguel, editor da RBCP, a parte da CP institucionalista, possa ser lida, ao menos em parte, como produto do modo como a Ciência Política tem tentado solucionar a relação existente entre os seguintes termos: “independência epistemológica e utilidade pública ou social”, apontados por Paulo Costa, editor da RSP, como um dos desafios que é comum às ciências sociais. Crítica semelhante é feita por Breno Bringel, editor da Dados, pois para ele: “boa parte das questões que são tratadas a partir de uma ótica mais institucional, elas, podem ser olhadas também a partir de uma ótica mais sociológica, de uma Sociologia Política e isso enriqueceria muito o debate nacional.”

Assim como estes, outros editores questionam o alcance teórico e metodológico da abordagem (neo)institucionalista. Para Perissinoto, o abandono do diálogo com a História precisa ser superado pela disciplina que segundo ele, “saiu de um estágio ensaísta para outro, marcado pela hiperespecialização” e se tornou “demasiado 'presentista”.

Para Marta Arretche, o principal desafio da disciplina, apesar do avanço alcançado na “compreensão da dimensão institucional”, é a necessidade da Ciência Política “avançar muito naquilo que se chama de Sociologia Política”, pois segundo ela:

(...) toda a teoria institucional, ela diz assim: as instituições afetam (...) como os conflitos são resolvidos. Mas os conflitos não são apenas entre atores institucionais, não é só entre o Eduardo Cunha e a Dilma Rousseff. [Estes] representam os interesses da sociedade, interesses econômicos, interesses privados e sobre isso a gente sabe muito pouco.

Outro problema a ser superado pela disciplina e que tem a ver com aquilo que é próprio da Sociologia Política; ou seja, com a defesa de uma análise dos fenômenos políticos, também, a partir de uma ótica sociológica, é citado por Adrian Gurza Lavalle, editor

da RBCS. Segundo ele,

A sociedade civil se institucionalizou, passou a assumir funções estatais; o Estado passou a fazer ativismo e essas duas coisas não estão separadas (...). A literatura [institucionalista] continua a olhar pra essas duas coisas como se tratassem de fenômenos diferentes e como se não fosse preciso produzir uma interpretação que permitisse entender quais são as dinâmicas e os mecanismos que levaram a produzir isso. (...) [mas esse] não é um tipo de problema que um institucionalista preocupado com partidos vai se colocar (...)

Cicero de Araújo, diante da atual pressão sob a qual vive o *mainstream* da Ciência Política praticada no Brasil, sugere que a comunidade científica adote um meio-termo; pois, segundo ele:

a ciência política brasileira, pavimentada num mainstream institucionalista, respondeu muito bem, a meu ver, ao tempo de construção institucional da democracia no país. Mas agora, acho eu, os tempos estão mudando... só que não sabemos ainda em que direção as coisas tendem a decantar. Os cânones predominantes da disciplina ficam, com isso, sob enorme pressão. Mas isso não é necessariamente ruim, desde que a comunidade científica respectiva não ceda a dois extremos: abrir-se tanto a ponto de perder sua identidade (e densidade) intelectual; ou fechar-se tanto a ponto de perder completamente o senso do fluxo da realidade.

Os editores ao falarem sobre o papel que desempenham enquanto editores de periódicos científicos apontaram diversas dificuldades pelas quais passam a disciplina e seus praticantes. Para eles, num país como o Brasil em que o trabalho do editor de periódico científico não é remunerado – não é reconhecido como uma ocupação profissional como o é em alguns outros países – e no qual, muitas das revistas científicas sobrevivem com dificuldades financeiras e pouco apoio institucional, o editor é o sujeito que realiza um trabalho gratuito e, as vezes, improvisado, porém, reconhecido pela comunidade acadêmica. Nas palavras de Cicero Araújo, “o editor é um ‘pé de boi...’ , é o sujeito que tem que usar horas extras do seu trabalho profissional pra garantir que cada número saia (...) [devido as revistas disporem de poucos recursos, o editor] tem que ser uma espécie de empresário acadêmico” e nas palavras de Janina Onuki, “um benefício direto [proveniente do] fato da gente ser editora de uma revista importante é um acúmulo no nosso currículo acadêmico que obviamente a gente valoriza”.

Os trechos abaixo são exemplos demonstrativos do papel decisivo que possui o editor de periódico científico na seleção prévia dos artigos que recebem para avaliação e portanto, de imediato, na definição daquilo que aparece ou não publicado na revista. Segundo os editores das revistas Opinião Pública, Revista de Sociologia e Política, *Brazilian Political Science Review* e Dados nem todos os artigos submetidos às respectivas revistas são encaminhados para os pareceristas, pois:

(...) a gente faz uma triagem nos artigos, uma triagem de tema e método... não é falar: isso aqui é ruim..., não vou nem mandar... [para o parecerista]. A gente confia que se for ruim os nossos pareceristas vão identificar... (...) a gente não seleciona – esse vai

primeiro, esse vai depois –, a gente segue a fila [de publicação] conforme o tempo que o artigo tá esperando (...) mas, as vezes, se tiver muitos artigos [numa mesma área], aí complica... porque... (...) a gente tem que achar gente nova... outras... Então, tem isso também... [que é um problema por conta da necessidade de encontrar novos pareceristas, escassos em determinadas temáticas, por vezes] (DEL PORTO, F.)

(...) o editor não é o cara que senta, lê o artigo e fala: ah, vai publicar. Em alguns aspectos ele é um despachante; ele vai olhar o conteúdo do artigo, vai vê, primeiro, se tem aderência, se é um artigo acadêmico... [porque] você não vai batalhar pra conseguir um parecer para uma coisa que você já sabe que...vai gastar o trabalho do cara [do parecerista] à toa e o seu também, obviamente. Feito isso, vai para o parecerista. (...) [o editor também] tem que pensar nas competências [dos pareceristas] que vão avaliar, né... na forma como essa avaliação [do artigo pelo parecerista] vai ser feita. (COSTA, P.)

(...) o nosso editor-executivo faz uma triagem que é ver se o trabalho é original, se ele não foi publicado em outro lugar, se ele é um trabalho no campo da CP, se ele é um artigo científico, né... porque às vezes chega um trabalho que é assim, um trabalho de final de curso, que tem 10 páginas e que... é impublicável, né. (...) Depois, nós apontamos o parecerista. Os pareceristas, a gente sempre procura pegar um europeu, um brasileiro e um americano [para cada artigo]. (ARRETCHE, M.)

A dificuldade para encontrar pareceristas competentes e com tempo disponível para emitir pareceres é outro tipo de problema enfrentado pelos editores. Segundo eles, uma das dificuldades que encontram nesse sentido está relacionada com o fato de que o trabalho do parecerista não é uma atividade considerada pela CAPES para fins de avaliação do trabalho docente, tampouco, dos programas de pós-graduação. Além disso, “a comunidade acadêmica é pequena pra determinadas temáticas”, afirma Fabíola Del Porto, editora da Opinião Pública. O trecho seguinte, do editor Paulo Costa, da RSP, deixa notar essa problemática, pois, segundo ele:

ainda está sendo, na minha modesta opinião, em segundo plano ou mal engendrada no ambiente acadêmico, e, particularmente, na revista... a questão dos pareceres. Ou seja, os pareceres são, de um lado, extremamente importantes porque são os que decidem se (...) alguém vai publicar um artigo e assim por diante (...) e, paradoxalmente, a emissão de pareceres é mal regulamentada (...) e não é, assim..., devidamente avaliada na avaliação acadêmica dos professores nos seus respectivos programas. (...) [o trabalho do parecerista] é muito pouco valorizado, tanto é, que muitas vezes você pede um parecer e a pessoa pensa: puxa vida... Por que? Porque ela tem que parar o que ela tá fazendo pra ler... [o artigo que foi convidada a dar parecer]

A relação editor-parecerista-autor também é uma das preocupações que possuem os editores pois, segundo Charles Pessanha, “um editor científico não pode ter preconceitos a metodologias e a teorias... (...) ele tem que ser uma pessoa justa... (...) porque você não pode pedir uma avaliação num artigo esperando de antemão que aquele artigo vai ser ajudado ou prejudicado [por um ou outro parecerista]”. Ou ainda, segundo Fabíola Del Porto, editora da Opinião Pública, o editor lida com as dificuldades advindas da administração do tempo, tanto do parecerista, como do autor, na expectativa de produzir, segundo suas palavras, “um número bacana e que contribua com o debate acadêmico [mesmo que um

pouco fora do 'calor da hora'".

Trabalhos publicados em coautoria, nas ciências sociais brasileiras, são vistos pelos editores como algo recente, produtivo e benéfico, mas também, como mero meio de multiplicar assinaturas de artigos. Quando produto de um trabalho em conjunto, segundo Renato Perissinoto, editor da RSP: *"capaz de expressar uma pesquisa coletiva em funcionamento"*, a coautoria amplia as chances de realização de uma análise mais ampla e completa melhorando a qualidade da produção acadêmica.

Um dos benefícios de trabalhos realizados em coautoria, segundo Cicero Araújo, é a possibilidade de uma "experiência de interação e de compartilhamento de perspectivas", pois para ele:

(...) quando você publica um artigo sozinho é raro você ter a possibilidade de ter um feedback de outras pessoas antes de você publicar, porque as outras pessoas tão tão ocupadas... estão, também, procurando publicar (...) Mas, quando você convida uma outra pessoa, ou até uma terceira é uma oportunidade de você fazer um feedback antes de publicar pra melhorar a qualidade do texto (...).

Porém, quando a coautoria é artificial, ou seja, quando serve meramente como um meio de responder a uma demanda das instituições de avaliação do trabalho docente e dos programas de pós-graduação, para Charles Pessanha, editor da Dados, *"isso é considerado má conduta em ciência porque você está mascarando a produção, você está enganando, está mentindo... e tudo o que um pesquisador precisa ter é credibilidade nas suas palavras..."*. Inclusive, segundo Pessanha, *"um dos temas que mais se discute na ética da produção científica e divulgação científica é a coautoria... é onde [afirma ele,] você vê o maior número de comportamento... [de] má conduta em ciência..."*.

As palavras de Gurza Lavalle transcritas abaixo, apesar da extensão do trecho, se justificam porque em grande medida representa o que a maioria dos editores entrevistados pensa sobre a coautoria nas ciências sociais.

Por motivos diversos, justificáveis ou não, nas CS nós não publicamos artigos com 15 coautores (...) De modo que o número menor de coautorias nas CS tem a ver com que não temos um modelo de trabalho no laboratório (...) A minha... compreensão a respeito da coautoria, não é que ela seja necessária, ela é positiva, ela é altamente benéfica e eu tendo a acreditar que ela é cada vez mais inescapável se você quiser produzir conhecimento sobre questões mais amplas que demandam... tecnologias mais sofisticadas, que demandam formas específicas de coletas de dados muito complexas e que demandam um grau de especialização considerável sobre temas diferentes. Com esse nível de especialização que tem hoje os desenvolvimentos metodológicos, teóricos e de conhecimentos de objetos específicos, é difícil que alguém consiga reunir tudo isso... [para publicar] com o seu nome. (...) Então, a esse respeito acho que a coautoria, ela, é extremamente salutar desde que entendida como um processo genuíno de criação e envolvimento na produção do conhecimento em condições de igualdade daqueles que participam [da produção do conhecimento] (...) A RBCS como todas as outras revistas é... de CS, ela não tem é... indicações explícitas a respeito da limitação do número de autores. Isso não consta nas suas normas de publicação. Mas, em fazendo parte das CS, provavelmente, recusará artigos, a não se que seja extremamente bem

fundamentado, que tenha um número muito elevado de... autores.

A essas ressalvas colocadas pelos editores da RSP, da Dados e da RBCS, juntam-se outras. Por exemplo, a de outro editor da RSP, Paulo Costa, que apesar de afirmar que a coautoria é algo positivo e fundamental adverte:

não sejamos ingênuos de achar que isso também não passa por um aspecto de pressões é... institucionais que também tem um fator tanto positivo, quanto um fator meramente quantitativo (...) há uma pressão pra publicar, né. Então, se um professor pensava em publicar um artigo num período, ele tem que pensar em publicar três vezes mais, isso. Como não necessariamente ele vai conseguir trabalhar três vezes mais isso, fazer pesquisa e produzir texto, a saída natural é... buscar coautoria, só que o que eu tô querendo dizer é que [se] as coautorias (...) ficarem só nessa dinâmica, elas não tão acrescentando muita coisa.

Ampliar a cooperação entre os programas de pós-graduação; promover maior e profundo diálogo entre os pares; incluir a leitura de autores latino-americanos nos cursos de Ciência Política; melhorar as condições de trabalho docente e de pesquisa; consolidar a qualidade e a presença da Ciência Política em âmbitos nacional e internacional; diminuir as dificuldades existentes no que diz respeito às condições de ensino, produção, publicação e circulação internacional da ciência política nacional em língua inglesa; enquadrar os limites da democracia pensando na possibilidade de reavivar os ideais democráticos de liberdade e igualdade nas suas instituições; oferecer uma reflexão honesta a respeito das instituições políticas para a sociedade; revisar os critérios de avaliação das revistas e dos programas de pós-graduação levando em consideração as condições diferenciais de produção acadêmica existentes no Brasil; dentre outros, também foram citados pelos editores como desafios a serem enfrentados atualmente pela disciplina.

Considerações Finais

De modo geral, a análise da percepção dos 12 editores entrevistados deixa notar explicitamente a defesa que parte da comunidade acadêmica faz da Sociologia Política enquanto forma de abordagem necessária na análise dos fenômenos políticos, principalmente, da democracia e das suas instituições democráticas. Ao fazer essa defesa, em contrapartida, criticam a abordagem institucionalista e o método quantitativo frequentemente por ela utilizada no estudo das instituições políticas formais.

Essa tensão no campo, no entanto, pode ser entendida como produto dos processos de institucionalização e de autonomização da disciplina, que, embora ainda em disputa no Brasil, dão conta de hierarquizar o campo. A CAPES e o SciELO são fundamentais nesse processo de hierarquização uma vez que definem os critérios sob os quais a disciplina se curva, em maior

medida e pouco resistente, a sua parte hegemônica; mas também, a parte periférica, quando desejosa ou necessitada de ser reconhecida e portanto, 'merecedora' dos incentivos materiais e simbólicos que se encontram disponíveis de forma desigual no campo. Aliás, cabe lembrar que a oferta da Ciência Política enquanto disciplina acadêmica pós-graduada no Brasil acaba de completar 50 anos e teve sua origem influenciada e financiada por instituições estadunidenses. Mais recente ainda, é a expansão da oferta de cursos de doutorado em Ciência Política, já que no país, até 1980, era ofertado apenas pela USP.

Em resumo, para alguns da área, a adoção do viés institucionalista no estudo daquilo que essa abordagem define como política contribui com a demarcação das fronteiras da disciplina mesmo limitando seu alcance temático e teórico-metodológico. Para outros, a hegemonia da corrente institucionalista no campo oferece o risco de um bloqueio do diálogo interdisciplinar e do abandono precoce da abordagem societal; fenômeno que jogaria sombra sobre objetos relevantes como a democracia enquanto fenômeno social e não só institucional. Aparecem assim, a abordagem institucionalista e o método quantitativo, como pano de fundo a partir do qual as críticas emergem nas falas dos editores ao discutirem os diagnósticos oferecidos por Lamounier (1982), Reis (1991, 1997) e Soares (2005), assim como os limites, impasses e dilemas enfrentados pela disciplina.

Todos os 12 editores reconhecem os avanços havidos na disciplina, principalmente, os relacionados a expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em Ciência Política e as questões que daí decorrem. Os encontros promovidos pela ABCP e a crescente profissionalização dos periódicos científicos são citados pelos editores como algo que proporciona de forma periódica e sistematizada o debate entre os pares. Nesse sentido, concordam com o que aparece expresso no relatório trienal 2010-2012 da CAPES da área de Ciência Política e Relações Internacionais. No entanto, dez dos doze editores afirmam explicitamente que os fundamentos teóricos na construção de uma pesquisa científica são indispensáveis sob o risco de perda de relevância da pesquisa. Neste ponto, mais uma vez, a crítica aos trabalhos que se utilizam quase que exclusivamente de métodos quantitativos aparecem na fala dos editores.

Referencias Bibliográficas

LEITE, Fernando. (2015). **O campo da produção da Ciência Política brasileira contemporânea**: Uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens. Tese em Sociologia. Curitiba: UFPR.

LEITE, Fernando; CODATO, Adriano. (2013). **Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira**: o papel do sistema Qualis-Capes. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*. v.1, n.1, p.1-21.

LESSA, Renato (2011). **Da Interpretação à Ciência**: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, s/v, n. 82, p. 17-60

NEIVA, Pedro. (2015). **Revisitando o calcanhar de Aquiles das Ciências Sociais no Brasil**. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 79, s/v, pp. 65-83.

OLIVEIRA, Lilian. (2010) **A Produção da Ciência Política e da Sociologia no Brasil**: Uma Análise dos Artigos Publicados nas revistas Dados e RBCS (1997-2009). Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IESP/UERJ.

_____. (2014) **O estudo de instituições políticas na ciência política brasileira**: uma análise da produção acadêmica (1966-2013). Anais do IX Encontro da ABCP. Brasília, 4 - 7 de agosto. Disponível em:

<http://encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403750443_ARQUIVO_Oliveira_ABCP2014.pdf>. Acessado em 12/03/15